

PROTEGENDO NOSSAS RIQUEZAS, CUIDANDO DA NOSSA GENTE

A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

Como todos podem observar, o parágrafo acima é o abre alas do Código de Ética dos Servidores Públicos Federais, que se aplica por completo aos membros do MME e aos dirigentes das empresas estatais federais vinculadas ao ministério.

O Almirante de Esquadra da Marinha Bento Albuquerque, ao ser indicado para o MME fez importantes mudanças na Petrobras, mas na Eletrobras, preferiu manter o status quo, ratificando a continuidade de Wilson Pinto Junior, indicado para o cargo pelo ex-presidente Michel Temer e pelo ministro de minas e energia de então, Moreira Franco, além de entregar a presidência (assim como todos os demais conselheiros de direito do governo) do Conselho de Administração CAE a um agente de mercado com relações estreitíssimas com grandes acionistas minoritários, notoriamente grandes fundos de investimentos predadores e especuladores, gente que em vez de gerar riqueza para o país, trabalham diuturnamente nos bastidores do poder, tramando, articulando, conspirando, destruindo, cooptando agentes públicos, no intuito de grandes lucros, fáceis e sem risco.

Na Petrobras o lema da Marinha prevaleceu, e as mudanças foram grandes, inclusive o Conselho de Administração passou a ser presidido pelo Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira (ex-comandante da Marinha do Brasil). O papel da Petrobras no cenário nacional e internacional, os

interesses estratégicos e geopolíticos determinaram a indicação de um alto funcionário público para ocupar a posição mais elevada no board da Companhia.

Empresas estratégicas como Petrobras e Eletrobras, riquezas da sociedade que atuam com energia, não podem servir de playground ou laboratório de experimentos para quem quer que seja. Não podem ser loteadas para que grupos façam suas manobras e apostas, não podem ser utilizadas como cozinha de A ou de B, não podem ser geridas com negligência para que sirvam de instrumentos estratégicos para especuladores e operadores de fundos abutres.

Neste contexto, desde 2016, a Eletrobras, gigante e estratégica como a Petrobras, está de joelhos. Vem sendo dirigida por um Conselho de Administração composto à imagem e semelhança de Wilson Pinto Junior (capataz e malfeitor de luxo, escolhido a dedo pelo já conhecido megaespeculador Jorge Paulo Lemann), suas participações vêm sendo dilapidadas, e apesar da existência de recursos e capacidade técnica do seu quadro de empregados, ficou tímida nos projetos de Geração e Transmissão. Desde 2016, a empresa está sem rumo, todos os projetos de crescimentos estão engavetados e o único em andamento é o de destruição e privatização, irresponsável e carente de transparência.

Cabe lembrar, que não estamos falando de privatização de algo supérfluo ao Estado, mas sim de um dos maiores insumos que determinam a soberania de uma Nação em termos de progresso e desenvolvimento social e econômico, a energia elétrica.



Almirantes Bento Albuquerque e Eduardo Bacellar Ferreira, participando de evento público

ca. Muito menos estamos falando de uma Empresa que detém a prerrogativa do monopólio dos investimentos no setor. A Eletrobras, de fato, é um instrumento governamental de fomento ao investimento privado, em função de que: **(i)** executa projetos em parceria com os empreendedores privados, pois consegue baixar custo de captação e minimizar os riscos econômicos, financeiros e ambientais; **(ii)** equilibra as tarifas de um dos maiores insumos da indústria, comércio e serviços e de toda a sociedade que consome os produtos e serviços produzidos no país; **(iii)** viabiliza a implementação de políticas públicas tanto sociais quanto econômicas, que tem em sua essência diminuir o desequilíbrio social e induzir o investimento e a geração de emprego e renda; e **(iv)** traz harmonia ao capitalismo brasileiro, garantindo paz social entre os agentes econômicos, principalmente do investidor, do consumidor e de toda a sociedade.

A Eletrobras é uma riqueza do povo que precisa ser protegida. Em 2012, com a edição da MP-

579/12, a empresa teve diversos de seus ativos de geração e transmissão renovados, que passaram a operar em sistema de cotas que impactaram positivamente na modicidade tarifária e no bolso da sociedade brasileira. Mais uma vez, é bom lembrar **(i)** que a modicidade tarifária não beneficia somente o cidadão comum, mas toda a cadeia produtiva e de consumo do país, vai do mais rico ao mais pobre. Então, fica fácil notar que esse projeto de privatização é colocar toda uma Nação de joelhos, para beneficiar um pequeno grupo de pessoas que fizeram fortuna com a enganação e exploração de pessoas, empresas, setores e, até mesmo, de países inteiros; e **(ii)** que **modicidade tarifária não é preço baixo ou aquém das necessidades, mas modicidade tarifária é sim preço justo!**

A contribuição para a modicidade tarifária no âmbito de todo o setor elétrico, não impediu a Eletrobras de ter números impressionantes, vejamos:

1. A Eletrobras apresentou um lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões em 2018.
2. Em 2019 o lucro líquido foi de R\$ 10,7 bilhões;
3. O lucro líquido acumulado nos últimos dois anos (2018 e 2019) alcança R\$ 24,0 bilhões.
4. O lucro da Eletrobras em 2019 foi o 7º maior lucro das cias de capital aberto do país, segundo levantamento da consultoria [Economatica](#).
5. Em 2019 o lucro da Eletrobras foi maior que o lucro da JBS.
6. O lucro de R\$ 13 bilhões da Eletrobras em 2018 foi o 6º maior das cias de capital aberto do Brasil, segundo levantamento da consultoria [Economatica](#).
7. Em 2018 o lucro da Eletrobras superou o lucro do Banco do Brasil e o lucro do Santander.
8. Em 2017 a Cia registrou um prejuízo de R\$ 1,7 bilhão e em 2016 registrou lucro de R\$ 3,5 bilhões.
9. A Eletrobras tem em caixa cerca de R\$ 12 bilhões.
10. Possui créditos a receber de mais de R\$ 39,2 bilhões em indenizações.

LUCRO LÍQUIDO
ACUMULADO 2018 e 2019

R\$ 24,0 bilhões

DIVIDENDOS PAGOS
2000 a 2019

R\$ 18,0 bilhões

RECURSOS EM CAIXA
JUL/2020

R\$ 12,0 bilhões

RECURSOS A RECEBER DE
REVISÕES TARIFÁRIAS

R\$ 13,0 bilhões

CRÉDITOS A RECEBER

R\$ 39,2 bilhões

Além de ser uma potência econômico-financeira, a Eletrobras e suas empresas são referência em excelência técnica, detendo um quadro técnico altamente qualificado em praticamente todas as fontes produtoras de energia elétrica e sistemas elétricos de potência, que compete em pé de igualdade com os quadros das gigantes elétricas do mundo. Essa

riqueza intelectual também deve ser preservada.

Poucas empresas no mundo possuem um quadro técnico de excelência como a Eletrobras e suas empresas. Todos os grandes projetos estruturantes do setor elétrico foram concebidos dentro da Eletrobras e de suas subsidiárias, sem elas não haveria as usinas hidroelétricas de Itaipu, Tucuruí, Belo Mon-

te, Santo Antônio, Jirau, Paulo Afonso, Sobradinho, Xingó e o complexo de usinas de Furnas. Sem elas o Brasil ainda estaria às escuras, pois não haveria energia e nem malha de transmissão interligando todo o país (Sul/Sudeste, Norte/Nordeste, Norte/Sudeste) e tão pouco estariam de pé os últimos linhões que conectam Porto Velho-RO à Araraquara-SP e de Belo Monte ao Sudeste.

Com efeito, todo esse colosso foi construído com muita dedicação e competência técnica pelos trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras e suas empresas. Agora, a Eletrobras não pode parar por capricho de alguns poucos que querem mostrá-la, através de mentiras e manipulação, em situação difícil, para botá-la no bolso em uma proposta clara de “roubo, mas deixem-me roubar”!

Aumentar o parque gerador e transmissor de energia no país, mantendo a energia a preços justos (modicidade tarifária) é um desafio para o crescimento do país. O investimento que traz o crescimento, que leva à geração de riqueza, renda e emprego, carece de energia elétrica abundante, de qualidade e a preço justo. Esse desafio não será vencido sem a participação efetiva da Eletrobras pública, forte e moderadora da ganância dos poderosos maldosos e minimizadora da exploração dos inocentes.

Ressalta-se que no projeto de destruição da Eletrobras, elaborado por Wilson Pinto Junior, tem um capítulo inteiro voltado para o sucateamento da capacidade técnica da Eletrobras, escrito com o apoio e orientação da SEST/ME, tendo como foco a demissão de trabalhadores, num processo irresponsável que coloca em risco a operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão, liquida conhecimentos críticos de engenharia, acumulados ao longo de anos, e apequena a gestão das empresas.

Cabe lembrar que a posição de alinhamento total da SEST aos desmandos cometidos na administração da Eletrobras, que resultam em especula-

ção no mercado acionário e em estripulias legais e antiéticas também no MME, demonstra a clara cooptação desse órgão, que deveria estar trabalhando para uma Eletrobras melhor, mais forte, entretanto, coaduna com as mentiras e o teatro armado e articulado nos escritórios dos grandes fundos de investimentos especuladores, notadamente a 3G Capital do especulador Jorge Paulo Lemann.

Infelizmente, o acelerado processo de desmonte do conhecimento e da capacidade técnica das empresas Eletrobras tem tido o apoio de muitos, que ficam míopes diante das vãs promessas do engenheiro de obra pronta, Wilson Pinto Junior.

Impende destacar, que a política irresponsável de sucateamento do quadro técnico da Eletrobras e de suas empresas colocará o SIN e suas ramificações em risco.

Pelo exposto, é importante que o MME, ANEEL, ONS e SEST comecem a se preocupar com o estrago que está sendo feito nos quadros de pessoal da Eletrobras e suas empresas, que causará prejuízos à operação dos complexos sistemas elétricos.

Vale registrar, que a Eletrobras sequer possui um mapeamento dos conhecimentos críticos e importantes de sua engenharia, operação e manutenção de suas usinas, subestações e linhas de transmissão.

O processo de demissão nas empresas Eletrobras é desprovido de análises técnicas e de avaliações de riscos, é feito com base na idade e outros parâmetros que não cuidam da garantia da capacidade técnica. Achar que os estagiários da Deloitte e de outras empresas contratadas sem licitação vão conseguir tocar o Setor Elétrico Brasileiro e o parque gerador e transmissor da Eletrobras, com toda sua complexidade técnica, administrativa, financeira e legal, é, no mínimo, indício de gestão temerária e/ou má-fé!

(Reprodução do boletim da Aeel)

